

ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ em Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.405.268	1.437.285	1.454.199	1.468.337	1.482.536	1.495.421	1.478.470	1.264.201	1.424.746	1.453.184	1.534.101	3.177.949	19.075.695	-
Pessoal Ativo	762.902	792.476	805.111	813.898	824.854	832.238	816.592	798.340	842.278	815.698	893.654	1.845.242	10.843.282	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis ^{2 e 6}	614.809	631.614	648.218	651.234	664.596	672.260	656.107	636.636	681.236	656.133	721.821	1.548.259	8.782.922	-
Obrigações Patronais	148.061	160.829	156.860	162.631	160.224	159.941	160.450	161.670	161.009	159.533	171.797	296.948	2.059.952	-
Benefícios Previdenciários	32	34	33	33	34	37	34	34	33	33	35	35	408	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	642.366	644.809	649.087	654.438	657.682	663.182	661.878	465.861	582.468	637.486	640.447	1.332.707	8.232.413	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas ⁷	329.917	330.669	332.040	336.592	338.404	342.390	340.719	342.910	343.116	350.107	351.418	716.520	4.454.803	-
Pensões ³	98.345	98.516	99.192	99.315	99.952	99.730	99.599	99.729	100.612	103.383	100.464	199.929	1.298.765	-
Outros Benefícios Previdenciários ⁴	214.104	215.624	217.856	218.532	219.326	221.062	221.560	23.223	138.740	183.995	188.565	416.258	2.478.845	-
Outras desp de contr de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	446.144	442.793	462.173	445.937	485.623	452.814	468.584	261.800	376.760	425.273	469.132	1.198.634	5.935.668	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	168	106	186	171	623	579	145	226	749	253	210	899	4.315	-
Decorrentes de Dec. Judicial de período ant. do a apuração	3	-	36	3	1	5	-	40	7	83	44.335	204.271	248.784	-
Despesas de Exerc. Ant. de período anterior ao da apuração	6.968	2.708	17.430	3.386	4.828	2.559	2.933	2.587	2.341	4.521	1.647	3.374	55.283	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁵	439.005	439.979	444.521	442.377	480.172	449.671	465.506	258.947	373.663	420.415	422.940	990.089	5.627.286	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	959.124	994.491	992.025	1.022.400	996.912	1.042.607	1.009.886	1.002.401	1.047.985	1.027.911	1.064.969	1.979.315	13.140.027	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.131.950
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 CF)	4.763
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	23.127.187
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	13.140.027
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.876.312
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	13.182.496
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	12.488.681

FONTE: E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

PUBLICADO DOE 30/01/2019

Recife, 29 de Janeiro de 2019.

Dados Definitivos

Notas:

¹ A despesa de pessoal Consolidada e dos Poderes é elaborada a partir da contabilização da execução orçamentaria no e-fisco, em conformidade com o MDF 8ª Edição e com os dois Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado: Acórdão T.C. Nº 1352/13 e Acórdão T. C. Nº 0355/18.

² Conforme Acórdão T.C. 0355/18 não foram consideradas no cômputo da Despesa com Pessoal Ativo aquelas despesas de natureza indenizatórias, tais como licença prêmio em pecúnia, abono permanência em serviço e terço constitucional de férias, no montante de R\$ 343.081 mil.

³ Na linha Pensões foram excluídas as pensões pagas pelo Instituto de Recursos Humanos, referentes a pensões municipais do antigo IPSEP, no valor de R\$ 45.242 mil.

⁴ Conforme Acórdão T.C. 1352/13 a despesa com Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) do período no montante de R\$ 2.478.644 mil foi adicionada na Linha "Outros Benefícios Previdenciários" que compõe a Linha "Pessoal Inativo e Pensionistas".

⁵ Na Linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, foram consideradas todas as receitas do RPPS, exceto as decorrentes da Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) + As despesas referentes a Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) do período, a fim de anular o valor adicionado na linha "Outros Benefícios Previdenciários" conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado através do Acórdão T. C. nº 1352/13.

⁶ Na Linha " Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" no mês de dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 84.097 mil referente à apropriação da despesa executada por competência, conforme previsto no item c), da página 518 do MDF-8ª edição.

⁷ Na Linha " Aposentadorias, Reserva e Reformas " no mês de dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 8.776 mil referente à apropriação da despesa executada por competência, conforme previsto no item c), da página 518 do MDF-8ª edição.

Flávio Martins Sodré da Mota
Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ em Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.206.840	1.239.572	1.255.313	1.267.777	1.260.314	1.281.903	1.276.725	1.062.571	1.221.584	1.246.368	1.265.125	2.875.733	16.459.825	-
Pessoal Ativo	606.285	636.328	647.958	654.106	644.393	664.105	656.061	637.846	680.345	652.613	665.770	1.620.642	8.766.453	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis ^{2 e 6}	488.274	505.493	521.335	522.171	514.828	535.244	526.249	506.991	550.359	524.013	541.409	1.368.868	7.105.235	-
Obrigações Patronais	117.979	130.801	126.590	131.902	129.532	128.823	129.778	130.821	129.953	128.567	124.326	251.739	1.660.810	-
Benefícios Previdenciários	32	34	33	33	34	37	34	34	33	33	35	35	408	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	600.554	603.244	607.355	613.671	615.921	617.798	620.664	424.725	541.239	593.755	599.355	1.255.090	7.693.372	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas ⁷	304.991	305.734	307.192	311.950	313.643	315.585	316.026	318.251	318.443	325.461	326.773	669.433	4.133.482	-
Pensões ³	85.094	85.078	85.606	85.810	85.938	86.126	86.033	86.201	87.011	87.171	86.938	173.103	1.120.110	-
Outros Benefícios Previdenciários ⁴	210.469	212.432	214.558	215.911	216.340	216.088	218.605	20.273	135.785	181.123	185.644	412.554	2.439.780	-
Outras desp de contr de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	400.614	399.704	419.306	404.353	439.702	405.964	425.944	219.391	333.780	377.555	426.657	1.118.870	5.371.841	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	156	89	153	130	292	240	143	226	286	190	175	109	2.190	-
Decorrentes de Dec. Judicial de período ant. ao da apuração	3	-	36	3	1	5	-	40	7	83	44.335	204.271	248.784	-
Despesas de Exerc. Ant. de período anterior ao da apuração	3.262	1.200	16.329	2.609	998	1.432	1.510	1.315	1.054	598	299	2.017	32.621	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁵	397.193	398.414	402.789	401.610	438.411	404.286	424.292	217.811	332.433	376.684	381.849	912.473	5.088.246	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	806.225	839.868	836.007	863.424	820.612	875.939	850.781	843.180	887.804	868.813	838.468	1.756.863	11.087.984	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.131.950
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 CF)	4.763
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	23.127.187
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.087.984
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.332.321
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.765.705
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.199.089

FONTE: E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

PUBLICADO DOE 30/01/2019

Recife, 29 de Janeiro de 2019.

Dados Definitivos

Notas:

¹ A despesa de pessoal Consolidada e dos Poderes é elaborada a partir da contabilização da execução orçamentaria no e-fisco, em conformidade com o MDF 8ª Edição e com os dois Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado: Acórdão T.C. Nº 1352/13 e Acórdão T. C. Nº 0355/18.

² Conforme Acórdão T.C. 0355/18 não foram consideradas no cômputo da Despesa com Pessoal Ativo aquelas despesas de natureza indenizatórias, tais como licença prêmio em pecúnia, abono permanência em serviço e terço constitucional de férias, no montante de R\$ 257.311 mil

³ Na linha Pensões foram excluídas as pensões pagas pelo Instituto de Recursos Humanos, referentes a pensões municipais do antigo IPSEP, no valor de R\$ 45.242 mil.

⁴ Conforme Acórdão T.C. 1352/13 a despesa com Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) do período no montante de R\$ 2.439.600 mil foi adicionada na Linha "Outros Benefícios Previdenciários" que compõe a Linha "Pessoal Inativo e Pensionistas".

⁵ Na Linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, foram consideradas todas as receitas do RPPS, exceto as decorrentes da Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) + As despesas referentes a Dotação Orçamentária Específica (Insuficiência Financeira ao RPPS) do período, a fim de anular o valor adicionado na linha "Outros Benefícios Previdenciários" conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado através do Acórdão T. C. nº 1352/13.

⁶ Na Linha " Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" no mês de dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 84.097 mil referente à apropriação da despesa executada por competência, conforme previsto no item c), da página 518 do MDF-8ª edição.

⁷ Na Linha " Aposentadorias, Reserva e Reformas " no mês de dezembro, foi acrescido o valor de R\$ 8.776 mil referente à apropriação da despesa executada por competência, conforme previsto no item c), da página 518 do MDF-8ª edição.

Flávio Martins Sodré da Mota
Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R\$ em Milhares

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	14.734.619	14.969.260	16.408.816	15.708.982
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	14.112.170	14.346.811	15.786.311	15.184.158
Empréstimos	10.614.664	10.819.231	12.214.715	11.622.708
Internos	4.204.001	4.112.052	4.037.967	4.104.348
Externos	6.410.663	6.707.179	8.176.748	7.518.360
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	3.410.201	3.429.228	3.479.110	3.472.205
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	87.305	96.795	92.487	89.246
De Tributos	508	508	508	508
De Contribuições Previdenciárias	78.732	88.653	85.146	82.391
De Demais Contribuições Sociais	8.065	7.634	6.833	6.346
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	1.557	-	-
Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos	622.449	622.449	622.505	524.824
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	1.558.168	3.310.223	3.251.288	1.575.032
Disponibilidade de Caixa	1.475.274	3.226.409	3.166.570	1.493.725
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.966.572	3.810.478	3.603.362	3.153.010
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	(1.491.298)	(584.070)	(436.792)	(1.659.285)
Demais Haveres Financeiros	82.894	83.814	84.718	81.307
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	13.176.451	11.659.037	13.157.529	14.133.950
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	21.512.144	22.257.222	22.587.408	23.131.950
% DA DC SOBRE A RCL (I / RCL)	68,49	67,26	72,65	67,91
% DA DCL SOBRE A RCL (III / RCL)	61,25	52,38	58,25	61,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < 200% >	43.024.289	44.514.444	45.174.816	46.263.899
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <180%>	38.721.860	40.062.999	40.657.334	41.637.509

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	221.772.915	228.224.306	238.126.949	244.854.833
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	1.396.559	1.954.931	866.666	947.264
RP NÃO PROCESSADOS	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2011	-	-	-	304.179

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE PUBLICADO DOE 01/03/2019 Recife, 01 de Março de 2019.
 Dados Definitivos

Flávio Martins Sodré da Mota
 Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
 Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
 Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
 Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ em Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	819	819	810	766
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas ¹	819	819	810	766
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	819	819	810	766
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.512.144	22.257.222	22.587.408	23.131.950
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	4.732.672	4.896.589	4.969.230	5.089.029
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	4.259.405	4.406.930	4.472.307	4.580.126

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	203	203	203	130
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas	203	203	203	130
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	203	203	203	130

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

PUBLICADO DOE 30/01/2019

Recife, 29 de Janeiro 2019.

Dados Definitivos

¹Avais concedidos à Celpe, referente a contratos ainda quando tal entidade era Controlada pelo Estado.

Flávio Martins Sodré da Mota
 Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
 Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
 Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
 Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R\$ em Milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	276.622	638.380
Interna	216.563	312.080
Empréstimos	216.563	312.080
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
Externa	60.059	326.299
Empréstimos	60.059	326.299
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	-	-
TOTAL (I)	276.622	638.380

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE VALOR A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	23.131.950	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	638.380	2,76
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.701.112	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	3.331.001	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.619.236	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	-	82.899
Tributos	-	508
Contribuições Previdenciárias	-	82.391
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE PUBLICADO DOE 01/03/2019 Recife, 01 de Março de 2019.

Republicado em virtude de correção de Parcelamentos de Dívidas, nas linhas Tributos e Contribuições Previdenciárias

¹ Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Flávio Martins Sodré da Mota
 Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
 Secretária da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
 Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
 Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ em Milhares

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira verificada no Consórcio Público (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g)=(a-(b+c+d+e+f))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.815.925	209.595	730.265	-	579.070	-	2.296.995	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	183.293	24.340	158.954	-	-	-	-	-	-
Transferências do FUNDEB 60%	46.586	-	-	-	-	-	46.586	-	-
Transferências do FUNDEB 40%	16.022	4.979	11.043	-	-	-	(0)	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	379.554	5.914	40.014	-	-	-	333.626	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	269.833	97.908	161.136	-	-	-	10.789	-	-
Outros Recursos Destinados à Saúde	527.661	52.498	85.498	-	-	-	389.665	-	-
Recursos Destinados à Assistência Social	10.453	7.773	2.680	-	-	-	-	-	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	581.259	1.239	950	-	579.070	-	-	-	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	539.935	2.199	26.226	-	-	-	511.509,91	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	51.287	-	-	-	-	-	51.287	-	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	1.210.043	12.746	243.766	-	-	-	953.532	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(611.327)	135.088	559.578	-	840.477	-	(2.146.471)	-	-
Recursos Ordinários	(611.327)	135.088	559.578	-	840.477	-	(2.146.471)	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	3.204.598	344.683	1.289.843	-	1.419.547	-	150.524	-	-

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

PUBLICADO DOE 01/03/2019

Recife, 01 de Março de 2019.

Dados Definitivos

a) Dos Critérios utilizados na Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

O Estado de Pernambuco modificou o formato do demonstrativo para adequá-lo, no que fosse possível, às orientações da STN, em especial às orientações contidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF. No entanto, o Estado não possui contas de Caixa e Equivalentes de Caixa discriminadas por fonte de recursos, o mesmo acontecendo com as contas de Depósitos. Apenas as contas de Restos a Pagar podem ser detalhadas por fonte.

Em virtude das limitações acima descritas, e devido à obrigação de apresentar o demonstrativo na forma determinada pelo MDF, foi necessário estabelecer critérios para aproximar as informações disponíveis na contabilidade da forma exigida pelo demonstrativo das disponibilidades de caixa. Apesar da dificuldade de clareza nas informações analíticas, os critérios adotados para estabelecer a separação entre os Recursos Vinculados e os Recursos Não Vinculados se justificam, pois transfere para os segundos quaisquer insuficiências dos primeiros. Os critérios seguidos dão uma ideia de como as informações analíticas foram estabelecidas e estão listados abaixo:

- Partimos do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, obtido do e-fisco, para determinar a Disponibilidade Bruta e as Obrigações Financeiras a Pagar – coincidentes com a Dívida Flutuante. A Demonstração da Dívida Flutuante, também obtida do e-Fisco, foi utilizada para separar os Restos a Pagar, que podem ser discriminados por fonte, das demais Dívidas, que não podem;
- As obrigações que não puderam ser discriminadas por fonte, como é o caso de Depósitos e Consignações, foram consideradas dívidas relativas a recursos não vinculados;
- A classificação de fonte de recursos utilizada pelo Estado de Pernambuco não identifica as Transferências de Recursos do FNDE de forma individualizada por programas, como PDDE, PNAE, PNATE etc.;
- Os demonstrativos foram gerados por Poder e/ou Órgão para permitir a separação do Poder Executivo dos demais poderes;
- Nos casos dos Recursos destinados à Assistência Social e dos Recursos destinados ao RPPS, foram considerados, respectivamente, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e a Demonstração da Dívida Flutuante dos respectivos órgãos: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de PE - FUNAFIN e Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de PE - FUNAPE;
- O total dos recursos não vinculados foi obtido subtraindo do Ativo Financeiro o valor dos recursos vinculados, o mesmo ocorrendo para os Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos. As demais dívidas foram consideradas como não vinculadas, com exceção dos casos referentes ao item 4;
- A Disponibilidade Bruta dos recursos vinculados foi obtida, quando possível, pela soma da conta de disponibilidade orçamentária por fonte com as obrigações a pagar (restos a pagar). Esse é o caso da Disponibilidade Bruta nas fontes do Salário Educação (0105), FUNDEB (0109), Convênios e Operações de Crédito, entre outras;
- No caso dos recursos vinculados oriundos de Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos, em que as disponibilidades orçamentárias por fonte são negativas, como é o caso da fonte 0101 vinculada à Educação e à Saúde, consideramos como disponibilidade bruta o total dos restos processados inscritos, pois, nestes casos, a despesa já havia sido liquidada e, como regra, o Estado de Pernambuco paga, em sua totalidade, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar. O mesmo acontece quando não foi possível estabelecer a disponibilidade financeira a partir do critério do item 6;
- Em virtude da impossibilidade de se discriminar as demais obrigações por fonte, essas obrigações foram consideradas em sua totalidade como não vinculadas;
- Os valores referentes aos recursos Não Vinculados, tanto das Disponibilidades de Caixa Bruta quanto das Obrigações financeiras, foram obtidos por diferença entre o total do Ativo e do Passivo Financeiro, e os totais obtidos para os recursos vinculados, com a ressalva das demais obrigações, que foram consideradas não vinculadas, com as exceções mencionadas no item 4.

11) O MDF recomenda que insuficiências Financeiras de Recursos Vinculados sejam transferidas para os recursos não vinculados.

12) O Estado de Pernambuco excluiu, das Obrigações a Pagar os valores referentes ao Ativo Financeiro de natureza Compensatória, que coincide com a diferença entre o Ativo Financeiro e as contas de Caixa ou Equivalente de Caixa.

b) Do Cálculo do Ativo Financeiro de Natureza Compensatória

Foi excluído das Demais Obrigações Não Vinculadas o valor de R\$ 418.465 mil, que corresponde ao Ativo de Natureza Compensatória, calculado segundo a tabela abaixo

Ativo Financeiro (1)	3.623.063
Caixa ou Equivalente (2)	3.204.598
Ativo Financeiro de Natureza Compensatória (1-2)	418.465

O valor das Demais Obrigações não vinculadas passa a ser, então R\$ 840.477 mil.

Flávio Martins Sodré da Mota
Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Décio José Padilha da Cruz
Secretário da Fazenda

Érika Gomes Lacet
Secretária da Controladoria Geral do Estado

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ em Milhares

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				Insuficiência Financeira verificada no Consórcio Público	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e+f))		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.819.064	209.595	730.265	-	579.070		2.300.134	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	183.293	24.340	158.954	-	-		-	-	-
Transferências do FUNDEB 60%	46.586	-	-	-	-		46.586	-	-
Transferências do FUNDEB 40%	16.022	4.979	11.043	-	-		(0)	-	-
Outros Recursos Destinados à Educação	379.554	5.914	40.014	-	-		333.626	-	-
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	269.833	97.908	161.136	-	-		10.789	-	-
Outros Recursos Destinados à Saúde	527.661	52.498	85.498	-	-		389.665	-	-
Recursos Destinados à Assistência Social	10.453	7.773	2.680	-	-		-	-	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	581.259	1.239	950	-	579.070		-	-	-
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-		-	-	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	539.935	2.199	26.226	-	-		511.510	-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	54.426	-	-	-	-		54.426	-	-
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	1.210.043	12.746	243.766	-	-		953.532	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(305.112)	136.399	585.214	-	906.435		(1.933.161)	-	-
Recursos Ordinários	(305.112)	136.399	585.214	-	906.435		(1.933.161)	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	3.513.952	345.995	1.315.480	-	1.485.505		366.973	-	-

FONTE : E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE

PUBLICADO DOE 01/03/2019

Recife, 01 de Março de 2019.

Dados Definitivos

a) Dos Critérios utilizados na Elaboração do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

O Estado de Pernambuco modificou o formato do demonstrativo para adequá-lo no, no que fosse possível, às orientações da STN, em especial nas orientações contidas no Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF¹¹. No entanto, o Estado de Pernambuco não possui contas de caixa e equivalentes de caixa discriminadas por fonte de recurso, o mesmo acontecendo com as contas de Depósitos. Apenas as contas de Restos a Pagar podem ser detalhadas por fonte.

Em virtude das limitações acima descritas, e devido a obrigação de apresentar o demonstrativo na forma determinada pelo MDF, tivemos que estabelecer critérios para aproximar as informações disponíveis na contabilidade da forma exigida pelo demonstrativo das disponibilidades de caixa. Apesar da dificuldade de clareza nas informações analíticas, os critérios adotados para estabelecer a separação entre os Recursos Vinculados e Recursos Não Vinculados se justificam, pois transfere para os segundos quaisquer insuficiências dos primeiros. Os critérios seguidos foram os seguintes e dão uma ideia de como as informações analíticas foram estabelecidas:

- 1) Partimos do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, obtido do e-fisco, para determinar a Disponibilidade Bruta e as Obrigações Financeiras a Pagar – coincidentes com a Dívida Flutuante. A Demonstração da Dívida Flutuante, também obtida do e-fisco, foi utilizada para separar os Restos a Pagar, que pode ser discriminado por fonte, das demais dívidas, que não podem ser discriminadas por fonte.
- 2) As obrigações que não puderam ser discriminadas por fonte, como é o caso de depósitos e consignações, foram consideradas dívidas relativas a recursos não vinculados;
- 3) A classificação de fonte de recursos utilizada pelo Estado de Pernambuco não identifica as Transferências de Recursos do FNDE de forma individualizada por programas, como PDDE, PNAE, PNATE etc.;
- 4) Os demonstrativos foram gerados por poder e/ou órgão para permitir a separação do Poder Executivo dos demais poderes;
- 5) Nos casos dos Recursos destinados à Assistência Social e dos Recursos destinados ao RPPS, foram considerados, respectivamente, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e a Demonstração da Dívida Flutuante dos respectivos órgãos: Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de PE - FUNAFIN e Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de PE - FUNAPE;
- 6) O total dos recursos não vinculados foi obtido subtraindo do ativo financeiro o valor dos recursos vinculados, o mesmo ocorrendo para os Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos. As demais dívidas foram consideradas como não vinculadas, com exceção dos casos referentes ao item 4);
- 7) A disponibilidade bruta dos recursos vinculados foi obtida, quando possível, pela soma da conta de disponibilidade orçamentária por fonte com as obrigações a pagar (restos a pagar). Esse é o caso da disponibilidade bruta nas fontes do Salário Educação (0105), FUNDEB (0109), Convênios e Operações de Crédito, entre outras;
- 8) No caso dos recursos vinculados oriundos de Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos, em que as disponibilidades orçamentárias por fonte são negativas, como é o caso da fonte 0101 vinculada à Educação e à Saúde, consideramos como disponibilidade bruta o total dos restos processados inscritos, pois, nestes casos, a despesa já havia sido liquidada e, como regra, o Estado de Pernambuco paga, em sua totalidade, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar. O mesmo acontece quando não foi possível estabelecer as disponibilidade financeira a partir do critério do item 6);
- 9) Em virtude da impossibilidade de se discriminar as demais obrigações por fonte, essas obrigações foram consideradas em sua totalidade como não vinculadas;
- 10) Os valores referentes aos recursos Não Vinculados, tanto das Disponibilidades de Caixa Bruta quanto das Obrigações financeiras, foram obtidos por diferença entre o total do Ativo e do Passivo Financeiro, e os totais obtidos para os recursos vinculados, com a ressalva das demais obrigações, que foram consideradas não vinculadas, com as exceções mencionadas no item 4).

11) O MDF recomenda que insuficiências Financeiras de Recursos Vinculados sejam transferidas para os recursos não vinculados.

12) O Estado de Pernambuco excluiu, das Obrigações a Pagar os valores referentes ao Ativo Financeiro de natureza Compensatória, que coincide com a diferença entre o Ativo Financeiro e as contas de Caixa ou Equivalente de Caixa.

b) Do Cálculo do Ativo Financeiro de Natureza Compensatória

Foi excluído das Demais Obrigações Não Vinculadas o valor de R\$ 429.978 mil, que corresponde ao Ativo de Natureza Compensatória, calculado segundo a tabela abaixo

Ativo Financeiro (1)	3.943.930
Caixa ou Equivalente (2)	3.513.952
Ativo Financeiro de Natureza Compensatória (1-2)	429.978

O valor das Demais Obrigações não vinculadas passa a ser, então, R\$ 906.435 mil

¹¹ Essa adequação continuou a acontecer por ocasião das negociações referentes ao PAF – Programa de Ajuste Fiscal, em que o Estado passou a considerar como Disponibilidade de Caixa Bruta os valores referentes à Caixa e Equivalentes de Caixa.

Flávio Martins Sodré da Mota
Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Décio José Padilha da Cruz
Secretário da Fazenda

Érika Gomes Lacet
Secretária da Controladoria Geral do Estado

Paulo Henrique Saraiva Câmara
Governador

ESTADO DE PERNAMBUCO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ em Milhares

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquidada	23.131.950
Receita Corrente Líquida Ajustada	23.127.187

DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	13.140.027	56,82%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.876.312	60,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	13.182.496	57,00%

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do limite - TDP	11.087.984	47,94%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.332.321	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	10.765.705	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	14.133.950	61,10%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	46.263.899	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	766	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.089.029	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	638.380	2,76%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.701.112	16,0%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.619.236	7,00%

RESTOS A PAGAR - CONSOLIDADO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	366.973

RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	150.524

FONTE: E-FISCO / PE - Secretaria da Fazenda / CGE PUBLICADO DOE 01/03/2019

Recife, 01 de Março de 2019.

Dados Definitivos

Flávio Martins Sodré da Mota
 Coordenador de Controle do Tesouro Estadual

Érika Gomes Lacet
 Secretário da Controladoria Geral do Estado

Décio José Padilha da Cruz
 Secretário da Fazenda

Paulo Henrique Saraiva Câmara
 Governador